

IDEIAS LINGUÍSTICAS EM *A LÍNGUA QUE FALAMOS*, DE HERBERT

PARENTES FORTES

LINGUISTIC IDEAS IN A LÍNGUA QUE FALAMOS, BY HERBERT PARENTES FORTES

Raimunda da Conceição Silva¹

RESUMO: À luz da Historiografia Linguística, este artigo discute ideias linguísticas de Herbert Parentes Fortes, linguista e filólogo piauiense, em defesa da língua oral no Brasil, a partir da análise da obra *A língua que falamos* (1957). Buscou-se compreender o posicionamento deste autor diante do problema linguístico brasileiro, bem como esclarecer questões atuais acerca da política de ensino de línguas no Brasil. Autores como Gladstone Melo (1975), Marcos Bagno (2004), Carlos Faraco (2008) e Ataliba Castilho (2004) também fornecem aporte teórico.

Palavras-chave: ensino; língua materna; historiografia linguística.

ABSTRACT: By the light of Linguistic Historiography, this article discusses the linguistic ideas of Herbert Parentes Fortes, a linguist and philologist from Piauí, in defense of the oral language in Brazil, based on the analysis of the work *A língua que falamos* (1957). We aimed at understanding the positioning of this author regarding the Brazilian linguistic problem, as well as clarifying current questions about the language teaching policy in Brazil. Authors such as Gladstone Melo (1975), Marcos Bagno (2004), Carlos Faraco (2008) and Ataliba Castilho (2004) also provided theoretical support.

Keywords: teaching; mother tongue; Linguistic Historiography.

1. INTRODUÇÃO

A questão do ensino de língua materna no Brasil vem sendo, ao longo dos anos, objeto de discussões e polêmicas entre filólogos, gramáticos, linguistas, literatos e demais profissionais da área. Contudo, embora existam diversos avanços nos estudos

¹ Graduanda em Letras, UFPI.

acerca da língua materna, o assunto ainda enfrenta uma gama de problemas e contradições — e não apenas no que diz respeito ao modo como esse ensino deve ocorrer no Brasil: questiona-se também se há, de fato, uma Língua Brasileira (LB).

Estas e várias outras questões relevantes a respeito desse assunto são discutidas nas obras do linguista e filólogo piauiense Herbert Parentes Fortes, com o propósito de se fazer compreender que o Brasil, de fato, possui uma identidade linguística genuína diferente da Língua Portuguesa (LP) de Portugal.

Este artigo, oriundo de uma pesquisa bibliográfica, tem como objetivo geral desvelar o posicionamento crítico de Herbert Parentes Fortes diante das discussões acerca da questão da língua nacional, a partir da análise da obra *A língua que falamos* (1957). Destarte, este trabalho se insere no bojo da Historiografia Linguística, doravante HL, e discute a questão da língua falada no Brasil, considerando a necessidade que se tem de nomeá-la e depreender a sua constituição.

Os objetivos específicos são: recuperar o momento histórico no qual o autor se encontrava inserido; resgatar os nomes que influenciaram a sua produção bibliográfica; compreender a visão deste autor acerca do ensino de língua oral; discutir a questão da língua nacional; comparar o posicionamento do autor com teorias atuais que tratam do mesmo assunto, e contribuir para a ampliação das reflexões acerca da política de ensino de Língua no Brasil.

Para atingir os mencionados objetivos, utilizaram-se, como aporte teórico, autores como Gladstone Chaves de Melo (1975), Marcos Bagno (2004), Carlos Alberto Faraco (2008), Leonor Lopes Fávero (2000) e Ataliba Teixeira de Castilho (2004), dentre outros.

Cumprir mencionar que Cristina Altman entende HL como “uma disciplina à vocação científica que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo” (ALTMAN, 2009, p. 128). No que tange o

desenvolvimento da pesquisa em HL, Konrad Koerner (1996 *apud* Bastos e Palma, 2004) e Pierre Swiggers (2010) propõem procedimentos metodológicos que são imprescindíveis para se compreender os fatos históricos acerca da língua, de forma sucessiva e descontínua. Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma (2004) evidenciam os três princípios traçados por Koerner (1996 *apud* Bastos e Palma, 2004), que são: a contextualização, a imanência e a adequação.

Na *contextualização*, o historiógrafo deve traçar o clima de opinião da época, buscando resgatar informações relevantes que possam ter influenciado o pensamento da sociedade, bem como a situação sociocultural, política e econômica do país. Na *imanência*, ele deve estabelecer um entendimento geral do documento analisado, de forma histórica, crítica e filológica. No princípio da *adequação*, o pesquisador deve estabelecer aproximações entre o período estudado e o período atual. Para tanto, o historiógrafo deve se fundamentar em teorias modernas para tornar o documento acessível ao leitor contemporâneo.

Assim, é através do cumprimento destes princípios que o pesquisador empreenderá e elucidará as transformações, no que diz respeito ao aspecto linguístico, que aconteceram no momento a ser analisado.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: primeiramente, será comentada a questão da língua nacional, discussão esta que é de fundamental importância para este estudo; logo após, será apresentada a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa; posteriormente, serão evidenciados os principais resultados e discussões a partir da análise dos dados obtidos, e, por fim, serão feitas as considerações finais acerca do que foi exposto.

1.1 A QUESTÃO DA LÍNGUA NACIONAL

A questão da língua nacional, bem como a necessidade de nomeá-la e saber como ela se constitui, é um assunto importante que deve ser discutido por todos os brasileiros, uma vez que atinge esses sujeitos em sua autonomia, seja nos aspectos linguístico ou cultural, e, sobretudo, em sua identidade. Isso leva muitos estudiosos a questionar qual a língua que, de fato, se fala no Brasil: LP ou LB?

Nesse sentido, a questão da língua falada em terras brasileiras vem sendo um ponto de discussão desde os primórdios da colonização no Brasil, ganhando maior intensidade durante todo o decorrer do século XIX e perdurando em dias atuais.

Assim, conforme Melo (1975), as discussões a respeito da questão da língua do Brasil se iniciaram, ainda que de forma tímida, em um momento de intensificação do sentimento nacionalista — momento este de verdadeira exaltação patriótica, em que os brasileiros encontravam-se embalados por conta da proclamação da Independência política do país, ocorrida em 1822. Melo afirma que:

O problema não é novo. Vai para mais de um século que pela primeira vez se ventilou a questão da língua do Brasil. Foi exatamente num momento de intensificação do sentimento nacional, naquele ambiente de exaltação patriótica que preparou, viu e sobreviveu à proclamação da Independência, que surgiu a preocupação da língua própria. (...) De lá para cá o assunto tem voltado à cena de vez em quando. (MELO, 1975, p. 02).

Essas discussões giravam, fundamentalmente, em meio à percepção de que a língua falada no Brasil diferia, em vários aspectos, daquela falada em Portugal. Isso se deu porque tal movimento político suscitou uma reação cultural nacionalista em oposição à cultura lusitana. O que se buscava, de fato, era uma expressão cultural que assinalasse a autonomia e as peculiaridades do Brasil.

Acerca disso, Faraco (2008) assevera que: “Afim, o país se tornara politicamente independente e se poderia imaginar que, no processo de construção de sua identidade nacional, viesse a privilegiar suas características diferenciadoras” (FARACO, 2008, p. 108).

Os movimentos em defesa da LB, além de promoverem inúmeras discussões, causaram muitas controvérsias entre os que defendiam a língua falada no Brasil e os puristas (gramáticos e eruditos) que consideravam que só se podia falar uma língua, a LP, e defendiam, portanto, uma unidade linguística comum aos dois países, Brasil e Portugal. Dentre aqueles que também entraram nesse debate, conforme Melo (1975), destacaram-se as figuras de Varnhagem, Paranhos da Silva, Virgílio de Lemos, Antenor Nascentes, João Ribeiro, Herbert Parentes Fortes e José de Alencar.

José de Alencar (1829-1877) foi um dos nomes mais influentes durante a segunda metade do século XIX, período em que ocorreram fervorosos debates em torno da questão da LP no Brasil. Alencar incorporou, criou e empregou, em seus romances, uma linguagem tipicamente brasileira, elencando vocábulos de origem tupi, como os dispostos em suas obras *O Guarani* (1864) e *Iracema* (1865), dentre várias outras.

Em meio aos defensores atuais da questão da língua falada no Brasil, pode-se mencionar o nome de Marcos Bagno, linguista e escritor brasileiro que, assim como os anteriores, defende a existência de uma forma genuinamente brasileira de se falar o português.

Bagno (2004) corrobora que desde há muito tempo as diferenças entre a fala dos portugueses e a dos brasileiros se mostram evidentes, e acredita ser discrepante a forma como atualmente sucede o ensino de LP no Brasil, considerando, para tanto, as insuficiências corriqueiras concernentes às tentativas de explicar aos alunos que eles falam de uma forma, porém, por conta das imposições gramaticais arcaicas, devem escrever de outra. Isso pode ser percebido em:

[...] *Ensinar português* é querer provar que a língua boa, certa e bonita vive do outro lado do Atlântico, a milhares de quilômetros daqui, falada pelos habitantes de um paraíso linguístico chamado Portugal: dez milhões de pessoas que, ao contrário dos 170 milhões de brasileiros, falam “tudo certinho”, não cometem “mistura de tratamento” e nunca, mas nunca de núncaras jamais mesmo, começam uma frase com pronome oblíquo... *Ensinar português* é, então, firmar,

afirmar e confirmar todo o folclore, toda a superstição que gira em torno dos fatos linguísticos na nossa cultura: “português é muito difícil”, “brasileiro não sabe português”, falamos uma língua “emprestada” que não respeitamos e que, ao contrário, “abastardamos” o tempo todo. É a perpetuação injusta e injustificável de um conjunto de mitos sem fundamento. (BAGNO, 2004, p. 09-10, grifos do autor).

Assim sendo, diante do exposto, pode-se inferir que esta questão encontra-se em uma fase intermediária no que tange a história da língua do Brasil. Isto é, até hoje ainda não foi decidido se a língua que se fala no Brasil é o português ou o brasileiro. A cultura escolar, mesmo diante das evidentes diferenças entre ambas as línguas, privilegia e legitima a norma lusitana como sendo a norma do Brasil. Quem não a fala é, portanto, taxado de ‘marginal da língua’, ‘assassino do português’ e ‘caipira’, dentre várias outras expressões equivocadas.

1.2 A LÍNGUA QUE FALAMOS

Para a compreensão de *A língua que falamos*, de Herbert Parentes Fortes (doravante Fortes), utilizaram-se os três princípios científicos traçados por Koerner (1996 *apud* Palma e Bastos, 2004). Para a escolha desta obra utilizou-se como critério o fato de esta ser, mesmo que com baixa frequência, uma das que ainda são citadas em alguns trabalhos de compilação de textos, como o de Edith Pimentel Pinto (1981).

A obra está dividida nos seguintes tópicos: *Introdução, Língua Brasileira, O Brasileirismo, Esboço histórico do conceito de brasileirismo, Uma ideia em marcha, Ainda uma ideia em marcha, Evitemos as confusões e É preciso situar-se a questão da nossa língua e Psicologia do chibolê*. Foram reputados três exemplos, extraídos da obra, acerca da oralidade. A seguir, apresentam-se algumas declarações de Fortes (1957), acerca da realidade linguística do Brasil:

1 — “O problema dos direitos da *língua brasileira* continua na ordem do dia... filológico” (p. 11);

2 — “[...] *a naturalidade e a legitimidade da língua brasileira*” (p. 11);

3 — “*Como a língua brasileira não é imposta por um grupo de literatos, duvida-se que ela exista!*” (p. 12).

A partir dos exemplos acima, percebeu-se que o filólogo entendia a realidade linguística do Brasil como “Língua Brasileira” e não como “Língua Portuguesa” (LP), como queria, e ainda o quer, a elite purista, visto que todas as vezes em que ele se reportava à língua oral do Brasil, chamava-a de LB. Isso se explica também porquanto Fortes defendia o fato de que as formas de se falar o português no Brasil e em Portugal eram incontestavelmente diferentes.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO

Para traçar a contextualização, fez-se um recorte do tempo que abrange a produção bibliográfica de Herbert Parentes Fortes. Tal período se inicia a partir da segunda década do século XX.

No que diz respeito às questões políticas delineadoras do Brasil na primeira metade do século XX, pode-se mencionar a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em meio à crise econômica iniciada em 1929. Segundo Boris Fausto (1995), Vargas foi eleito à presidência da República, no ano de 1930, por meio de voto direto, permanecendo por quinze anos como chefe de governo.

Fausto (1995) diz que um dos aspectos mais coerentes da era Vargas foi a política trabalhista, que a tornou uma era mais inovadora do que a existente durante a Primeira República. Objetivando popularidade para manter-se no governo, Vargas beneficiou os trabalhadores brasileiros com suas reformas trabalhistas.

A Constituição de 1934 representou o início de uma nova fase no Brasil, sendo consequência direta da Revolução Constitucionalista de 1932. Teve como principal objetivo melhorar as condições de vida da grande maioria dos brasileiros, a partir da

criação de leis educacionais, trabalhistas, da saúde e da cultura. Entretanto, esta Constituição prevaleceu por pouco tempo, até a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, sendo então suplantada pela Constituição deste mesmo ano.

De acordo com Fausto, o Estado Novo foi estabelecido a partir de um “estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica (...)” (FAUSTO, 1995, p. 364). Assim, o Estado Novo “perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais” (*ibidem*, p. 376).

A destituição de Vargas, em 1945, ocorreu mediante iniciativa militar, segundo Gonçalves (2011), em condição semelhante àquela que o colocara no poder em 1930. O período compreendido entre 1945 e 1964 ficou conhecido como período democrático, justamente por não ter havido registros de golpes, assim como pelo fato de a população participar, ativamente, da escolha de seus representantes.

Na efervescência desse período, pois, surgiram movimentos brasileiros que visavam à fixação da LP do Brasil como aquela que se distancia da língua falada em Portugal, implementando características tropicais que definiam uma forma de falar e de escrever distintas da lusitana.

Sobre a educação, durante a era Vargas, pode-se dizer que o ensino estagnou, uma vez que o governo se fazia autoritário e centralizador. Assim, “a escola permaneceu como instituição em que orientações civilizatórias poderiam e deveriam ser propagadas” (GONÇALVES, 2011, p. 131).

1.4 O AUTOR

É em meio a esse contexto que, conforme Cláudio de Albuquerque Bastos, no *Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí* (1994), surgiram as produções

bibliográficas de Herbert Parentes Fortes, que nasceu no dia 11 de novembro de 1897, em Teresina — PI, e faleceu no Rio de Janeiro em 04 de setembro de 1953.

Conforme Cláudio de Albuquerque Bastos (1994), Fortes foi médico, professor, filólogo, linguista, jornalista, crítico e ensaísta. Formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia em 1923, porém, em 1928, em decorrência de um câncer, teve o braço direito amputado, o que provocou o seu afastamento da medicina. Isto o levou a assumir a função de professor.

Wilson Carvalho Gonçalves (1997) sobreleva o fato de o filólogo ter se especializado em estudos da Língua Pátria, exercendo a profissão docente nos principais colégios do Rio de Janeiro, como o Colégio Pedro II e o Instituto Lafaiete. Foi ainda redator do “Correio da Manhã” e do “Jornal do Comércio”, no RJ. Em Teresina, redigiu o jornal “A Tarde”.

Entre suas diversas publicações, dispostas nos dicionários histórico-biográficos piauienses, estão obras de pesquisas filosóficas, sociológicas, linguísticas e educacionais, dentre as quais se podem destacar: *Estudos e reflexões sobre a língua portuguesa* (1924); *Sugestões sociológicas* (1927); *Assuntos de língua brasileira* (1946); *Contribuição para o estudo da crise didática no ensino de língua materna — ensaio de epistemologia linguística* (1949); *Uma interpretação da crase portuguesa* (1954); *Filosofia da linguagem* (1956); *A língua que falamos* (1957); *A questão da língua brasileira* (1957); *Euclides, a espada e a letra* (1983), e *“Euclides da Cunha — O Estilizador da Nossa História”* (1990), edição póstuma que define o papel literário do escritor de *Os sertões*.

1.5 IMANÊNCIA

No início da obra, Fortes (1957) se posiciona como um defensor da língua oral do Brasil. Assim, o autor se debruçou sobre a “descrição” dos fatos naturais dos

costumes linguísticos brasileiros, defendendo os usos gerais da LB. Dedicou-se ao estudo acerca das particularidades da linguagem sugerida pelo povo brasileiro, considerando, para tanto, o folclore do país.

A obra versa sobre os problemas da *naturalidade* e da *legitimidade* da língua falada no Brasil, sobrelevando a necessidade de saber distingui-los. Conforme o autor, a primeira simplesmente existe, independentemente das escolhas dos seus usuários, pois advém de um processo natural, enquanto a segunda permite uma maior participação dos falantes no processo de efetivar a concretização de uma língua como parte significativa de uma nação.

Fortes (1957) criticou fortemente Cândido de Figueiredo, um filólogo português que também atuava na área da literatura, porquanto este se destacou por adotar, como parâmetro, o modelo ideal de linguagem dos clássicos, dando início aos consultórios gramaticais, empregando a cultura do “certo” e “errado”. Com isso, o filólogo piauiense alegava que Figueiredo não possuía o conhecimento intrínseco da linguística, a nova ciência surgida no início do século XX que inovou os estudos acerca das línguas, uma vez que “aplicada em rigor ao estudo da língua do Brasil, a linguística registraria, sem diferenciações qualitativas, todos os fenômenos da nossa fala (...)” (FORTES, 1957, p. 22).

Para Fortes (1957), o problema da LB não seria jamais desbravado por quem se desse o trabalho de acumular fatos fonéticos, morfológicos, sintáticos, fraseológicos, isolados dos seus sistemas reais, como se fossem entidades autônomas. A solução deste problema ia para muito além do limite dos fatos linguísticos.

Fortes (1957) desejava que os linguistas seguissem o exemplo do escritor brasileiro Euclides da Cunha, aproveitando todo o aparato teórico e prático oferecido pela sociologia linguística brasileira a fim de perceber o quanto a língua falada no Brasil estava a serviço de e era fiel a esta Pátria. Isto se explicitava a partir de infinitos exemplos de usos linguísticos brasileiros elencados por Fortes, como, por exemplo, o

uso da palavra *você* em substituição ao *tu* português, assim como nas expressões *meu nego*, *minha nega*, que têm nuance tipicamente brasileira e “são intraduzíveis em português” (FORTES, 1957, p. 30).

Assim, o que acontecia resumia-se no fato de que, conforme Fortes (1957), tais especialistas não se permitiam observar os fatos linguísticos a partir de outras perspectivas além da sua, tornando o estudo do fato bruto da LB uma realidade fragmentada e desconexa.

Diante disso, visando uma resolução para o problema linguístico do Brasil, o que o autor almejava para o estudo da LB era, sobretudo, que este não continuasse a seguir como estava, isto é, de forma isolada, sem uma possibilidade de conexão entre os vários especialistas da área, mas que se organizasse para que os diversos aspectos do problema (segregação, clima, meio social, evolução fonética...) fossem distribuídos em múltiplos grupos especializados e os resultados obtidos “encaminhados para uma comissão central incumbida de os rever, analisar e reunir em vista de uma síntese cada vez mais rica, mais definida, mais próxima da realidade interpretada” (FORTES, 1957, p. 32).

O autor afirmava, baseado nos princípios e métodos da linguística e da sociologia, que o idioma do Brasil poderia ser considerado, ou não, uma “língua”, e, como tal, poderia fornecer os instrumentos estruturais necessários para sustentar uma gramática “pedagógica”, não prescritiva.

Diante do exposto, pode-se dizer que Fortes fomentava a ideia de que as línguas nacionais possuem uma função socializadora, a qual é sentida, conscientemente, por todos aqueles que delas se servem como instrumento de comunicação e interação social. Para o autor, “as línguas nacionais não são apenas os instrumentos diletos das almas coletivas: elas são também agentes, segundo a sua natureza e seus processos de ação” (FORTES, 1957, p. 50).

Nessa acepção, as línguas, aos olhos de Fortes (1957), revelam-se como uma identidade genuína de um povo, já que se interpõem na vida dos seres humanos antes mesmo de estes se integrarem na sociedade, denunciando-lhes com fidelidade as origens, as condições sociais, as alegrias, os medos, as aspirações, etc.

Fortes (1957) se mostrava a favor dos “brasileirismos” e atestava que seus adversários falharam ao tentar impedir, erroneamente, o seu uso. Isto porque, segundo o autor, o brasileiro não precisava invadir a sua própria casa, lugar este onde nascera e do qual jamais saíra.

Contudo, mesmo diante das fortes evidências concernentes às diferenças entre as línguas faladas em Portugal e no Brasil, os escritores portugueses continuavam a desferir total desprezo ao brasileiro. Houve aqueles que estavam longe de intimidar-se com tais imposições lusitanas, como o lexicógrafo brasileiro Antônio de Moraes Silva e os escritores românticos José de Alencar e Gonçalves Dias, conforme Fortes (1957).

Esses escritores, cada um a seu modo e dentro de sua área de atuação, iam introduzindo nas suas produções (gramaticais ou literárias) o brasileiro que tanto ofendia os defensores da unidade linguística portuguesa. Sendo assim, José de Alencar usava o falar espontâneo do povo brasileiro para anunciar a liberdade que presumia invadir o Brasil, pois “o poeta quer levar aos mares, aos campos, às aves do céu e aos bichos do mato a boa-nova: — Somos livres” (FORTES, 1957, p. 84).

Fortes (1957) acreditava que a literatura genuinamente brasileira não demoraria mais a tornar-se uma realidade nacional, atribuindo tal honraria aos célebres escritores defensores da LB da sua época, como “José de Alencar, Taunay, Castro Alves, Catulo, Amando Fontes, e dezenas de outros, que não são, positivamente, escritores portugueses, ao juízo dos juízes de lá, mas não há dúvida possível de que sejam brasileiros de melhor quilate” (FORTES, 1957, p. 104).

1.6 ADEQUAÇÃO

A questão da inclusão do estudo da língua falada no ensino de língua no Brasil vem sendo uma preocupação de vários estudiosos da área, sobretudo dos linguistas contemporâneos. Essa preocupação fica claramente exposta na obra *A língua que falamos* (1957), de Herbert Parentes Fortes, assim como nas obras *A língua falada no ensino de português* (2004) e *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna* (2000) dos linguistas e professores brasileiros Ataliba Teixeira de Castilho e Leonor Lopes Fávero, respectivamente.

Castilho defende que a língua falada deve ser introduzida nas aulas de língua materna, haja vista que o aluno não vem de um meio letrado e o “ponto de partida para a reflexão gramatical será o conhecimento linguístico de que os alunos dispõem ao chegar à escola: a conversação” (CASTILHO, 2004, p. 21).

Conforme o autor, a língua é entendida como “um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado” (CASTILHO, 2004, p. 11). Nesse sentido, o autor defende que o ensino de LP deve contemplar o modo de o aluno falar, situando-o da importância de se conhecer e saber escolher as variedades linguísticas, adequando-as a cada situação de comunicação.

Nesse seguimento, Fávero (2000) versa, em sua obra, sobre a questão do tratamento da oralidade no ensino de língua materna, destinando-a, mormente, aos professores de LP, estudantes de graduação e pessoas interessadas em informar-se acerca das questões relativas ao tratamento geral da oralidade e suas relações com a escrita. Assim, além de explicitar alguns aspectos da linguagem oral, a autora sugere, ainda, atividades para que os professores possam realizá-las, partindo do oral para o escrito.

Considerando o fato de que a língua falada deve ocupar um lugar de destaque no ensino de língua no Brasil, Fávero (2000) acredita que a causa para que essa modalidade seja efetivamente trabalhada com tal destaque se dá “porque o aluno já sabe falar quando chega à escola e domina, em sua essência, a gramática da língua” (FÁVERO, 2000, p. 10). Dessa forma, o professor precisa valorizar a linguagem presente na oralidade dos alunos como o ponto de partida para a reflexão sobre a língua que, de fato, se fala no Brasil.

Ratificando as ideias de Castilho (2004), Fávero acredita que o objetivo maior no ensino de língua falada é mostrar ao aluno a grande variedade e flexibilidade de usos presentes na fala, conscientizando-os de que a língua não é uma realidade homogênea, monolítica, mas multifacetada. Assim sendo, convém afirmar, consoante com a autora, que “o ensino da oralidade não pode ser visto isoladamente, isto é, sem relação com a escrita, pois elas mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis” (FÁVERO, 2000, p. 13).

Portanto, é pertinente a aproximação entre Fortes (1957), Castilho (2004) e Fávero (2000), uma vez que todos se mostram incisivos ao tratar a questão da língua oral no ensino de língua materna no Brasil. Fortes (1957), em pleno início do século XX, revelou-se como um ousado defensor da língua falada pelos brasileiros, em favor da naturalidade e da legitimidade da língua que, segundo o autor, só podia ser chamada de brasileira. Fortes (1957), assim como Castilho (2004) e Fávero (2000), via na Linguística uma arma poderosa para se solucionar o problema linguístico do Brasil.

Assim, do mesmo modo que a obra *A língua que falamos* (1957) de Fortes atravessou décadas em defesa da língua oral do Brasil, as obras de Castilho (2004) e de Fávero (2000) sem dúvidas servirão de guia para as próximas gerações de linguistas do país, que continuarão a defender a língua falada pelos brasileiros. Estes autores mantêm o desejo de ver o idioma que se fala no Brasil legitimado e autônomo, sobretudo no que concerne a sua aplicabilidade ao ensino de língua materna.

2. ANÁLISES

2.1 A QUESTÃO DA LÍNGUA ORAL

Ao compulsar a referida obra, levando-se em conta os três princípios traçados por Koerner (1996 *apud* Bastos e Palma, 2004), a *contextualização*, a *imanência* e a *adequação*, foi possível desvelar o posicionamento crítico de Herbert Parentes Fortes diante das discussões acerca da língua oral do Brasil, que emergiram no século XIX e persistem ainda em tempos atuais.

Com isto, notou-se claramente que Fortes se destacou como um ousado defensor da LB, lutando junto a grandes nomes, como Antenor Nascentes e João Ribeiro, em favor da *naturalidade* e *legitimidade* do idioma falado no Brasil.

Fortes apresentou, na obra *A língua que falamos*, um grande salto que, certamente, tende a contribuir para os estudos de língua no Brasil, assim como pode servir de parâmetro para a nova geração de linguistas que se preocupam com a questão da oralidade no ensino de língua materna no país.

No que diz respeito ao problema da *naturalidade* e o problema da *legitimidade* da LB, trazidos a lume pelo autor, percebeu-se que estes ajudam a esclarecer o problema linguístico brasileiro na medida em que, para as discussões relativas a este assunto, há a necessidade de saber distingui-los.

Assim, entendeu-se que a naturalidade da língua falada no Brasil, a LB, independe da sua legitimidade, uma vez que aquela advém de um processo espontâneo, isto é, algo genuíno no que corresponde à origem e formação de uma língua. Já a legitimidade está ligada ao seu lado social, ao acordo implícito existente entre os usuários, contribuindo para a sua ampla utilização e compreensão, uma vez que há uma *naturalidade* linguística e uma *legitimidade* social das línguas. Conforme o

filólogo, “[a] primeira é possível sem a segunda, mas a recíproca é impossível. Não há vontade humana de um só homem que imponha a uma língua natural um fonema que lhe seja infenso ao seu sistema oral” (FORTES, 1957, p. 12).

Diante disso, é possível afirmar que Fortes foi, de fato, um homem que esteve à frente do seu tempo, visto que, embora inserido em uma sociedade tradicionalista, que superestimava e seguia com fidelidade os cânones portugueses, ele se encontrava no pequeno grupo de reacionários que lutava contra esta ideologia, defendendo, sobretudo, a língua falada no Brasil, a LB, que era tida como “língua errada”.

Deste modo, percebeu-se que o objetivo de Fortes era simples e claro: ele queria mostrar, através de seus inúmeros e categóricos estudos, que de fato a LP de Portugal não é a língua que se fala no Brasil. O fato é que o autor pensava ser impossível idealizar uma língua perfeita, consumada, como algo inerte, em se falando do imenso Brasil, rico em diversidade cultural e linguística. Para ele, era mais pertinente pensar que a língua que se fala no Brasil é, sem dúvidas, a língua que o brasileiro aprende no seio da sua família.

Assim sendo, em relação às controvérsias linguísticas que o país enfrentava, notou-se que Fortes via na Linguística uma poderosa arma para a solução desse problema, no sentido de acabar com os pavores gramaticais infligidos ao povo brasileiro, assim como a mania de reduzir à gramatiquice as respectivas conversas deste povo.

Ao analisar o posicionamento de Fortes em relação à oralidade no ensino de língua materna no Brasil, confrontando-o com linguistas atuais de renome, como Ataliba de Castilho e Leonor Fávero, percebeu-se o quão revolucionário foi esse filólogo, pois o seu pensamento coincide com os desses linguistas da contemporaneidade, sobretudo no que tange o desejo de ver a língua que se fala no Brasil legitimada e aplicada ao ensino de língua materna.

Dessa forma, diante de todo o exposto, cumpre comentar que Fortes usou a Sociologia, além da Linguística, no combate aos homens preconceituosos de seu tempo, visto que enquanto a ciência da linguagem lhe possibilitava a observação dos fatos da linguagem de forma espontânea, a Sociologia ajudava-o na verificação de fatores até então ignorados ou desaproveitados para o fim que ele procurava.

De uma forma geral, percebeu-se que, categórico como era, Fortes não queria uma LB a qualquer custo, apesar das evidentes diferenças entre as formas de se falar o português no Brasil e em Portugal. O filólogo piauiense preferia se debruçar sobre a observação dos fatos linguísticos, fundamentados nos conceitos linguísticos e sociológicos, defendendo a tese da grande necessidade de estudos e pesquisas mais aprofundados que permitissem conhecer as minúcias do idioma do Brasil.

Assim, estando amparado pela Linguística e pela Sociologia, as quais ele dizia serem armas infalíveis, a possibilidade de entrar em contradição era insignificante, uma vez que o mesmo se utilizava da aplicação dos já mencionados métodos oferecidos por estas ciências para estudar a língua falada no Brasil.

O termo *brasileirismo*, abordado por Fortes, ajudou, de certa forma, na compreensão da percepção do autor a respeito do ensino de língua oral no Brasil, uma vez que o “brasileirismo é um modo de expressão privativo do povo brasileiro” (FORTES, 1957, p. 61). Dessa forma, o termo evidencia não só a questão da língua oral, ao passo que é manifestado primordialmente através da fala dos brasileiros, mas também, de forma natural, as divergências notadas entre a língua falada em Portugal e aquela falada no Brasil.

Fortes descartou totalmente a hipótese de se ver o *brasileirismo* como um mero vício de linguagem nacional, defendendo que se este fosse, de fato, um vício de linguagem dos brasileiros, seria, pois, “o galicismo como vício na França, o anglicanismo como vício da Inglaterra” (FORTES, 1957, p. 62), e assim por diante.

Diante de tais argumentos, percebeu-se que o brasileirismo, enquanto modo de expressão peculiar dos brasileiros, apresenta-se, de fato, como uma realidade legítima, não cabendo a associação a um simples vício de linguagem, como muitos o queriam e ainda o querem, já que ele está presente em todos os aspectos linguísticos dos brasileiros: na própria fala, na sintaxe, na morfologia, na fonética, no vocabulário, na fraseologia e na semântica, dentre outros campos.

Consequentemente, percebeu-se que tudo o que queriam estes autores, imbuídos pelo espírito de nacionalismo, era simplesmente afirmar que se a língua da literatura, como pregavam os clássicos, tem de ser a língua do homem que engendra o enredo nas suas produções literárias, língua esta de que ele se serve para todos os fins que ela possibilita, não há dúvidas de que a língua dos romances feitos no Brasil tinha (e tem) que ser, de fato, a língua falada pelos brasileiros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este estudo ressaltando que a questão da língua oral do Brasil tem, desde há muito, causado inúmeros debates e convergências entre linguistas, gramáticos, literatos e demais profissionais da área. O fato é que tal questão, embora já muito discutida, está ainda longe de ser solucionada, uma vez que se continua a privilegiar a gramática normativa, defensora do uso de uma língua abstrata e inerte como o centro do ensino de LP, deixando-se de lado a língua que, naturalmente, o povo brasileiro fala.

Por meio da análise da obra *A língua que falamos*, de Herbert Parentes Fortes, e mais especificamente a respeito das discussões em torno da questão da LB, apontada pelo filólogo piauiense como sendo um problema nacional, foi possível não só compreender o pensamento e o posicionamento crítico do referido autor diante do problema linguístico brasileiro, em dado momento do passado, como também

esclarecer questões da atualidade que tratam da mesma temática associada à política de ensino de Língua no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Cristina. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. *Revista Argentina de historiografia linguística*, São Paulo, pp. 115-136, 2009. Disponível em: <[http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202009/altman-RAHL-\(2\)2009.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202009/altman-RAHL-(2)2009.pdf)> Acesso em: 27 de junho de 2015.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1995. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/FAUSTOBorisHistoriadobrasil.pdf>> Acesso em: 14 de Junho de 2015.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FORTES, Herbert Parentes. *A língua que falamos*. Rio de Janeiro: G.R.D, 1957.

GONÇALVES, Nadia G. *Constituição histórica da educação no Brasil*. Curitiba: Ibplex, 2011.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina: Halley S.A., 2003.

_____. *Grande Dicionário História- Biográfica Piauiense 1549-1997*. Teresina: [s/n], 1997.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas — FGV, 1975.

PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos: fontes para a teoria e a história* (2 volumes). São Paulo: Edusp, 1981.

SWIGGERS, Pierre. “História e Historiografia Linguística: status, modelos e classificação.” Tradução Professora Dra. Cristina Altman (USP). In *Revista Eutomia*, São Paulo, ano III, v. 2, dez. 2010. Disponível em: <<https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/297572/1/PTEutomia.p>> Acesso em: 27 de junho de 2015.

Submetido em: 10/09/2015

Aceito em: 26/10/2015